Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e doze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor **Fernando José Guia Barbosa** e pela Senhora **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

Rui Vítor Pires Bragança, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista, Sérgio Miguel Gil Nunes e Esperança Maria Micael Santos. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Manuel Mesquita Domingues, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, Carlos Manuel Pires Rei Amaro e Jaime Manuel Palha Costa. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Luis Filipe Dias Grácio. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

António Silvino da Costa Ferreira. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**: -----

Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores Paula Maria da Costa Pereira, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Henrique da Cunha Pereira e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e dez minutos, começando por dar posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias. --

Deu posse a Paulo Jorge Martins Beirante, que substitui Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a José Barata António, que substitui Rui Pedro Dias Gonçalves, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a Daniel da Costa Luis, que substitui Carina Isabel Moura Conceição Luis, do Partido Socialista. -----

Deu posse a Manuel Soeiro Alves, que substitui Carla Sofia Roma de Oliveira, do Bloco de Esquerda. -----

Deu posse a Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado, que substitui Maria de Fátima Conde Búzio, do Bloco de Esquerda. -----

Deu posse a Marisa Sofia Cordeiro Parreira, que substitui Mário Eugénio Filipe Duarte, da Coligação Democrática Unitária. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e do respetivo juramento por parte dos novos membros, a senhora **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Procedeu-se de seguida à votação da ata número quinze. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO QUINZE -----

A ata número quinze realizada em vinte e sete de fevereiro de dois mil e doze, foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, cinco abstenções, sendo uma do Partido Social Democrata, duas do Bloco de Esquerda, uma da Coligação Democrática Unitária e outra da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

Continuando a senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Foi comunicado no dia imediatamente após a convocação desta assembleia pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do nosso concelho, o pedido de substituição de um dos seus membros, não fazendo sentido que este processo seja adiado, peço autorização à assembleia para incluir a deliberação sobre esta matéria na ordem de trabalhos, Designação de um Membro na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

Não havendo nenhuma objeção proponho que este passe a ser o ponto dez da ordem de trabalhos, passando a Apreciação da Informação do senhor Presidente da Câmara a ser o ponto número onze da ordem de trabalhos. -----

Foi remetida a documentação sobre este ponto a todos os senhores deputados, tal como foram remetidos dois documentos de que é suposto fazer registo, nomeadamente o Parecer e Certificação Legal de Contas do Revisor Oficial de Contas do nosso município e os mapas relativos à situação do município em termos financeiros a trinta e um de dezembro de dois mil e onze, conforme a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. -----

Estes documentos serão considerados no âmbito do ponto um da ordem de trabalhos, mas gostaria de fazer menção deles antes de entrarmos na nossa ordem de trabalho e que, desta matéria, fique registo claro na ata da reunião. -----

Deram entrada na Mesa, tendo sido previamente remetidas aos senhores deputados por e-mail três documentos, dois deles da CDU e um do PS, entrou neste momento mais um documento apresentado pelo BE. -----

Como os primeiros documentos a entrar foram os da CDU, passaria a palavra à bancada da CDU, para que proceda à apresentação dos documentos.” -----

Marisa Parreira procedeu à leitura dos documentos apresentados pela CDU. ----

SAUDAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR -----

Os Eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária na Assembleia de Entroncamento, saúdam o Dia Internacional do Trabalhador que se comemora no próximo dia 1 de Maio. Há um ano a esta parte, os interesses e direitos dos trabalhadores estão a ser alvo de um fortíssimo ataque face à imposição das medidas do pacto de agressão assinado pelas troikas PSD, CDS e PS com o FMI, UE e BCE, trazendo mais desigualdades e injustiças; trazendo mais desemprego e mais exploração; a diminuição dos salários, o roubo dos subsídios de natal e de férias, o brutal e encapotado aumento direto dos preços dos produtos e serviços de primeira necessidade, aumento dos impostos, redução da proteção social e a diminuição da oferta de serviços públicos a preços sociais, traduzem-se na radical quebra do poder de compra dos trabalhadores, desempregados, reformados, pensionistas e de outras camadas da população.-----

Esta política provoca a recessão e o aumento do desemprego, que atinge mais de 1,2 milhões de trabalhadores, cerca de metade sem subsídio ou proteção, dos quais 35% são jovens.-----

Porque beneficia os mais ricos nomeadamente os "lobys" económicos e financeiros, os mesmos acumulam chorudos lucros à custa dos aumentos da eletricidade, combustíveis, comunicações, taxas cobradas pelos bancos, ao mesmo tempo que tentam impor a revisão da legislação laboral no sector privado e público para reduzir remunerações e roubar direitos aos trabalhadores. Este projeto está em discussão na especialidade na AR tendo sido aprovado na generalidade com os votos do PSD e CDS e apoio do PS através da abstenção.

O Governo e restantes troicanos preparam-se para a redução do subsídio de doença e de incapacidade para o trabalho os quais são pagos pelos próprios trabalhadores com os seus descontos e avança para o roubo e destruição do sistema de Segurança Social para a entregar à exploração da Alta finança.-----

Os trabalhadores e a sua central sindical CGTP-IN, têm desenvolvido pequenas e grandes lutas com a confiança da sua justeza, certamente que vão continuar a fazê-lo reivindicando do governo uma mudança de política, apontando caminhos para construção de um futuro melhor para os trabalhadores, reformados, famílias e jovens gerações.-----

O 1º Maio, para além do seu significado histórico, ganha uma renovada importância na luta pelo direito ao emprego com direitos, contra a exploração e empobrecimento, contra os baixos salários direito a um salário digno, contra o aumento do custo de vida, pelo direito a um horário trabalho que assegure a conciliação da vida profissional com a vida familiar, são alguns aspetos atuais na luta do dia-a-dia por uma sociedade de progresso e justiça social com os valores de Abril no futuro de Portugal.-----

A fome e a miséria, efeito das políticas de direita decorrentes do processo contra revolucionário do pós 25 de Abril, só se resolvem com uma política de valorização do trabalho, criação de emprego, em suma de criação de riqueza e de mais justiça social.-----

VIVA O 1º MAIO! VIVA OS TRABALHADORES! -----

Continuando procedeu à leitura da seguinte recomendação: -----

RECOMENDAÇÃO -----

Rescisão do Contrato com a Empresa Águas do Centro -----

Sustentado no documento assinado com a troika, o Governo PSD/CDS, pretende concretizar a privatização deste sector, com destaque para o importante grupo Águas de Portugal que arrastará consigo outros importantes serviços e empresas como a EPAL e Empresa Águas do Centro às quais estamos ligados pela infraestruturas de abastecimento e contratualmente.-----

Considerando:-----

- Que a água como recurso imprescindível à vida humana deve ser acessível a todos, não pode por isso estar sujeita a apropriação privada e o seu uso ser transformado em negócio de alguns; -----
- Que ao transformar-se em instrumento de lucro deixa de ser um direito universal na satisfação das necessidades humanas e por isso deixa de estar acessível a todos; -----
- Que a Água, pela importância que se reveste para a vida, foi reconhecido pelas Nações Unidas como um direito humano fundamental; -----
- Que sondagens ou estudos de opinião feitos recentemente revelam, que esmagadora maioria do Povo Português, 70,6% não concorda com a privatização e consideram que o estado deve manter a gestão e a propriedade do sector da água; -----
- Que pelas dolorosas experiências conhecidas, a gestão privada, atinge sempre os mesmos objetivos, obtenção do máximo lucro que tem como consequências; -----
- Aumento do preço da Água e o agravamento dos custos dos fatores de produção; -----
- Exclusão dos mais pobres, por razões de rentabilidade; -----
- Degradação da natureza e da qualidade da Água; -----
- Degradação das infraestruturas por falta de investimento na conservação; -----
- Incumprimento dos padrões de qualidade ambiental por falta de proteção; -----
- Perda do controlo democrático das populações, perda de direito de participar; -----
- Falta de transparência, porque passa a ser um negócio; -----
- Destruição de postos de trabalho e perda de direitos e regalias laborais, em nome da eficácia da gestão privada; -----
- Prejuízos para a economia local, sobretudo para os pequenos empreiteiros, já que as grandes empresas recorrem às empresas ligadas ao grupo; -----

- Perda de um importante sector estratégico para o desenvolvimento da economia Nacional, que tornaria o País mais dependente. -----
- Considerando ainda que a contratada concessão, há anos, com a empresa Águas do Centro, em termos de investimentos, resolução dos problemas das águas em alta (abastecimento e tratamento das águas residuais), no Entroncamento, nunca resolveu o acordado; -----

Considerando que todos os grandes problemas de abastecimento e tratamento de águas, que deveriam ter sido resolvidos pelas ADP, colocam enormes problemas legais de incumprimento ambiental; -----

Considerando que a água e seus sistemas pertencem às populações e não podem servir para pagar dívidas e calotes cujos responsáveis têm nome e rosto: autarcas com mais olhos que barriga e governos que apostam na destruição do Poder Local Democrático através da asfixia financeira e do incumprimento da Lei do Financiamento das Autarquias. -----

Assim, a Coligação Unitária e Democrática, reafirma a necessidade de rescisão por parte do município, por justa causa, do contrato com a Empresa Águas do Centro e restabelecer o controlo municipal sobre a gestão e propriedade da Água Pública. Rejeitamos a verticalização e concentração das águas em quatro grandes empresas. Repudiamos a privatização/concessão das nossas águas e a provável perda dos centros de decisão nacional nesta área. -----

É imperativo, o debate junto dos cidadãos e das organizações locais, aprofundar a discussão em torno do direito vital à água para o futuro dos entroncamentenses. -----

Intervio **José Baptista**: “ A recomendação apresentada pela Coligação Democrática Unitária que nos vem falar sobre a privatização das Águas de Portugal e subsequentes privatizações das respetivas empresas de águas, peca logo no seu início por chamar privatização, aquilo que o Governo está contratualizar não é uma privatização, é uma concessão por um período de tempo e logo por aí, toda a argumentação que o Partido Comunista faz cai pela sua base, porque num caso de concessão não ocorrem os mesmos danos que existem num caso de privatização. -----

Este é um problema nacional e nós preocupamo-nos é com o problema das empresas das Águas do Centro e o problema das Águas do Centro que é aquele que nos diz respeito aos nossos cidadãos, e que os senhores alegam que deve ser um contrato denunciado por justa causa, é verdade que existe um contrato por cumprir e para cumprir, o investimento que foi contratualizado é notório, é público, é visível, que está a ser feito pouco a pouco de uma forma faseada. -----

Quando a senhora deputada nos diz que nós devemos rescindir unilateralmente o contrato é bom não nos esquecermos que a nossa ETAR do Entroncamento, que é essencial para o tratamento de águas no Entroncamento, o terreno foi adquirido e está agora a decorrer o concurso para a construção da ETAR por conta das Águas do Centro.

Mesmo independentemente das novas taxas que agora vêm anexas à fatura da água, a água do Entroncamento continua a ser das águas mais baratas da região de Santarém. -----

Portanto, parece-me excessivo o PCP vir aqui pedir que o Entroncamento rescinda o contrato que tem com as Águas do Centro, pelo que, senhora deputada não a podemos acompanhar nesta recomendação que aqui apresenta.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ O documento não é da senhora deputada, o documento é dos eleitos da CDU nesta assembleia. -----

Por outro lado, não é do PCP nós estamos aqui como CDU. -----

Em relação aos conceitos de privatização e de concessão, aquilo que me oferece dizer e o documento diz claramente, trata-se da privatização da gestão, não da privatização dos equipamentos, está expresso e bem claro no documento. -----

Quanto à questão dos prazos e quando nós apresentamos uma recomendação que é feita ao executivo, baseia-se no facto de os prazos não terem sido cumpridos no Entroncamento. -----

Houve um processo anterior à adesão às Águas do Centro e nessa altura as questões que nos colocavam era que, a partir do momento em que assumiam a responsabilidade das águas no Entroncamento, havia imediatamente investimentos, investimentos na ETAR, investimentos nos adutores principais das águas residuais, investimentos em vários setores essenciais que temos inúmeros problemas no Entroncamento, passados sete anos o depósito de água, a ETAR, continuam por construir e as populações continuam a sofrer com aquela situação. -----

Mais grave que essa situação, é nos hoje estarmos a pagar uma coisa e não temos uma melhoria de qualidade desse serviço, nós pagamos mais cara a água e o tratamento de águas residuais e não temos em contrapartida um fornecimento de um serviço de maior qualidade. -----

Quanto ao preço da água, as Águas do Ribatejo tratando-se de uma empresa com capitais essencialmente das autarquias, conseguem fazer um preço mais baixo que aquele que nós estamos a fazer à nossa população. -----

A nossa preocupação tem a ver também com a verticalização de negócio e a entrega das águas em baixa aos privados e aí as coisas tornam-se mais complicadas em termos de preços, em termos de qualidade e em termos de uma série de questões que nós levantamos no nosso documento, acho que devem ler com atenção porque de facto eles correspondem a uma experiência nossa em Portugal e no estrangeiro, recordo que no Paraguai houve uma revolução por causa do abastecimento da água e por caso dos exagero das empresas que abasteciam água às populações e do aumento exagerado dos preços.” -----

Proseguiu **Luis Grácio:**” Em relação aos documentos da CDU, vou começar pela última. De facto a água por ser um bem vital é algo que nos deve preocupar a todos, aliás, há quem defenda e tenha escrito já, que a água vai ser um fator de guerra mundial, daí se vê a importância da água. -----

De facto o tratamento deste recurso natural tão vital para os povos, tem que ser tratada de uma forma muito cuidada, nós temos ao longo dos tempos, esta discussão é uma discussão recorrente aqui na Assembleia Municipal, nomeadamente já se iniciou esta discussão com a nossa adesão às Águas do Centro, o Bloco de Esquerda nesse processo esteve contra a essa adesão, nós recebíamos a água em alta através da EPAL e fazíamos a distribuição em baixa através da Câmara Municipal, não se viu qualquer melhoria significativa com a alteração do fornecedor, ou seja, deixamos de receber água da EPAL, continuamos a fazer nós a distribuição em baixa ao retalho, mas não houve alteração significativa, a não ser uma, que foi com o processo de adesão às Águas do Centro, nós estamos a preparar agora para deixar de inclusivamente de fazer a gestão da água em retalho, o que se está a preparar é que a autarquia vai abdicar da gestão da distribuição da água e vai concessioná-la provavelmente às Águas do Centro. -----

Na discussão da adesão às Águas do Centro, levantava-se uma questão que era o seguinte: da parte pública ser maioritária ou não nesse consórcio, o que se está a verificar é que tendencialmente onde o poder público é maioritário ele tem deixado de ser maioritário, se olharmos o que se está a passar com a EDP, com a REN, podemos vislumbrar o que se vai passar com as águas, provavelmente dirão que eu estou a especular, mas não devo falhar muito. -----

De facto, as observações que foram feitas pela CDU são pertinentes porque há um conjunto de pressupostos que estavam acordados com as Águas do Centro com a nossa adesão que não foram cumpridos e estão por cumprir e portanto, há legitimidade para rescindir o contrato e há razões. -----

Houve um aumento significativo da água recentemente, o Bloco de Esquerda pronunciou-se sobre isso, escreveu e fez distribuir um comunicado acerca disso, mas aquele comunicado ainda poderia ter levado mais coisas e dou um exemplo, parte da leitura da água é feita por estimativa e as estimativas nem sempre estão de acordo com os consumos verificados, eu conheço quem tenha estimativa para gasto de água e a estimativa já ultrapassa pelo menos um mês de gastos, que eu saiba, a autarquia não vai deixar de emitir uma fatura durante um mês, as pessoas a quem isso acontece, estão a pagar a mais indevidamente porque estão a pagar escalões acima do que efetivamente estão a gastar. -----

Relativamente à recomendação, no grosso, no substantivo da recomendação nós estamos de acordo e vamos votar favoravelmente.” -----

Continuou **Carlos Amaro**: “ Se por um lado os contratos são para se cumprir e a Câmara Municipal como pessoa de bem deve cumprir o seu contrato, se por outro lado, temos as Águas do Centro que não é faseadamente que está a cumprir, está a incumprir esse contrato e portanto, esta bancada irá votar a favor desta recomendação.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Este documento é titulado como uma recomendação, pretende a bancada da CDU que ele seja votado?” -----

Respondeu **António Ferreira**: “ Nós não trouxemos o documento para que ele fosse votado como uma moção, o que estamos a fazer é um apelo ao executivo para que analise a situação atual das águas de uma forma muito clara, de uma forma que envolva inclusivamente a própria população.” -----

Carlos Amaro apresentou a seguinte moção: -----

MOCÃO -----

Dentro de pouco tempo terminará a discriminação positiva ao pagamento das portagens na A23. -----

A nossa cidade e os Entroncamentenses sentirão as suas consequências, desde já, nos seus parques orçamentos familiares já asfixiados com a elevada carga fiscal, com o aumento do custo de vida e com as reduções salariais. -----

Não se pode pedir aos nossos jovens e às nossas empresas que paguem portagens na única via de comunicação decente que na maior parte das vezes é utilizada para garantir a existência do próprio emprego. -----

Circular na autoestrada da Beira Interior ronda os 9 cêntimos por quilómetro. Percorrer toda a extensão da A23 vai custar 19,30 euros. -----

Será insustentável mais este incremento. -----

Aumentará o trânsito no interior da cidade, congestionando-a ainda mais, aumentando a insegurança, o ruído, a poluição e degradando os arruamentos. -----

A introdução de portagens na autoestrada A23 constituiu uma "profunda injustiça", por se verificar que outras zonas mais desenvolvidas do país são servidas por itinerários principais sem pagamento de tarifas. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento: -----

- Manifesta mais uma vez o repúdio em relação à cobrança de portagens na A23. -----

- Propõe que se mantenha a discriminação positiva nos moldes atuais até final de 2013.

Esta moção deverá ser remetida ao Ministério da Economia e Emprego. -----

Interveio **José Baptista**: “ A moção em discussão é de extrema importância, já discutimos este assunto várias vezes, tenho tido a incumbência, a tarefa, de com a senhora Presidente de defender esta temática e defender o problema das portagens na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, as reuniões que temos tido com os Grupos Parlamentares, Ministérios e com as diversas Secretarias de Estado, não tem sido um trabalho nada fácil. -----

Não há dúvida nenhuma que a circulação viária no Entroncamento vai tornar-se ainda mais difícil com o número de veículos a transpor a nossa cidade e não tenhamos dúvidas nenhuma que o valor cobrado nas portagens da A23, além de não cumprir o valor de referência que é o das portagens da A1, diria mesmo um valor surreal e não pensando só que é a autoestrada Beira Interior que dá acesso às regiões do interior de Portugal. -----

Acho que podemos dar esta informação na Assembleia Municipal, de que a Câmara Municipal vai rececionar nos próximos dias um estudo que vai impedir o trânsito a pesados de circularem dentro da cidade. -----

Aquilo que os senhores deputados dizem na moção, que o trânsito vem destruir tudo quanto é calçada, arruamentos, isso já está a acontecer e como custaram a fazer e custaram a construir, é óbvio que a bancada do Partido Social Democrata se alia nesta moção ao Partido Socialista e vai aprová-la.” -----

Proseguiu **António Ferreira**: “ A primeira questão é um apelo ao PS para deixar cair duas questões que vêm na moção, onde diz: “ *A introdução de portagens na autoestrada A23 constituiu uma "profunda injustiça", por se verificar que outras zonas mais desenvolvidas do país são servidas por itinerários principais sem pagamento de tarifas*” compreendo a preocupação do PS, se calhar quer meter o IC19 em Lisboa com portagens para o governo cair, não sei é se o PS estará preparado para a substituição do governo. -----

Isto são questões de princípio e estar aqui a “*manifestar mais uma vez o repúdio em relação à cobrança de portagens na A23*” e depois diz à frente: “*Propõe que se mantenha a discriminação positiva nos moldes atuais até final de 2013*”, não sei o que é que vai acontecer em 2013, se é o fim da crise o PS está enganado, mesmo que vá para lá, não vai conseguir acabar com a crise até 2013 com as políticas de direita, evidentemente. -----

Temos que saber muito bem quem é que votou todas estas leis e quem é que votou a introdução das portagens, chamo à atenção que os deputados do PS em Castelo Branco, estiveram de acordo com a suspensão da lei das portagens e mais alguns deputados noutros distritos do PS, curiosamente no distrito de Santarém foram favoráveis. -----

Nesta questão ou é a questão de princípios ou não é, porque o salve-se quem poder só para a A23, deixar andar a A24, A25 e a A22 exatamente com os mesmos problemas, não são questões de princípio e portanto, enfraquecem a nossa razão. -----

Quando há uns tempos atrás andámos com as populações e a comissão de utentes na luta pela não introdução das portagens, gostaria de ter visto o PS nessa luta e não vi, vi mais gente do PSD nessa luta do que vi gente do PS. -----

Nós votaremos favoravelmente esta moção com a sensação de que fica muito aquém daquilo que nós já nos apercebemos que é a realidade e que são os problemas induzidos por introdução de portagens na A23 e na A13.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Sobre a matéria das portagens e sobre a posição dos deputados do PSD, já me pronunciei nesta assembleia e não vou voltar a fazê-lo.” -----

Continuou **Luis Grácio**: “ Sobre esta questão, de facto a questão é mais larga não é só a A23, ainda há pouco tempo se viu as cenas que se passaram na A22 com os espanhóis a querer entrar e não saber como pagar, para além desses constrangimentos operacionais, há uma questão muito mais profunda nomeadamente no que diz respeito à A23 que tem a ver com a interioridade, quem conhece e eu por razões profissionais percorro muitas vezes a A23 que serve uma região que é o interior, que cada vez está

mais despovoado, os custos de contexto que as empresas sediadas no interior têm, nomeadamente com este agravar de custos de transporte de mercadorias, causa graves problemas, aliás, é do conhecimento público o decréscimo de utilizadores, quarenta e cinco mil por dia a menos e nesse aspeto o Entroncamento sofre por razões geográficas está colocada numa zona onde é facilmente torneável as portagens. -----

Nós vamos votar favoravelmente esta moção, também ficamos um pouco expectantes com a questão que a CDU fez ao PS sobre a discriminação positiva terminar em 2013.” -----

Pedi a palavra **Célia Leal**: “ Claro que a nossa vontade seria não haver realmente o pagamento de portagens e que fosse alargado neste caso a todos os utilizadores porque entendemos que o nosso concelho será, como já foi dito, dos principais a sofrer com isso, pela malha urbana que tem, temos camiões pesados, só para dar um exemplo, recentemente na rua 1º de Maio tivemos um camião que se meteu na cidade e com a alteração nessa rua não conseguiu fazer a volta para o centro de saúde. -----

O que nós desejaríamos era que as portagens não existissem na A23, mas se calhar no interesse da população do Entroncamento, o que pedimos no mínimo que a discriminação positiva exista, claro que com ela não resolvemos os problemas, nem todas as indústrias vão beneficiar com essa discriminação positiva, mas se calhar as que estão no nosso concelho e toda a população pode beneficiar, no mínimo é isso que nós gostaríamos que acontecesse.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** colocou a moção apresentada pelo Partido Socialista à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção foi aprovada por unanimidade com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Seguidamente **Reinaldo Amarante** apresentou a seguinte moção: -----

MOÇÃO -----

MEGA-AGRUPAMENTO DE ESCOLAS É UM RETROCESSO --

“O Ministério da Educação comunicou à Câmara Municipal e aos responsáveis das escolas que iria ser constituído um mega-agrupamento de escolas no Entroncamento, englobando todas as escolas públicas do concelho.-----

A nova organização do sistema de ensino vigorará já no próximo ano letivo, pelo que os primeiros passos deverão ser dados muito em breve, com a nomeação de uma Comissão Administrativa Provisória (CAP). Ao contrário de afirmações do Ministro da Educação, sugerindo abertura para negociações caso a caso, a decisão relativa ao Entroncamento foi colocada como definitiva.”-----

Acabei de ler os dois primeiros parágrafos do comunicado de imprensa da Coordenadora do Entroncamento do Bloco de Esquerda. -----

Na sequência de uma decisão do anterior governo que concentrou os Jardins de Infância e as escolas do 1º e 2º ciclos no denominado Agrupamento Alpha, eis que nos surge agora um Mega-Agrupamento a englobar todos os níveis de ensino num número estimado em 2700 alunos. -----

Do ponto de vista funcional, experiências já feitas dizem-nos que nada melhora. Tudo deverá ser tratado na Escola sede: questões administrativas, reuniões, com as deslocações obrigatórias e as inevitáveis perdas de tempo. -----

À escala humana, se neste momento a Escola já se debate com questões que se prendem com a desumanização das relações professor/aluno (falta de tempo dos primeiros, afogado em tarefas burocráticas impeditivas da sua função primordial que é ensinar e contactar com os alunos, estes, por seu lado cada vez mais desligados do apoio paternal, para quem a Escola se transformou num depósito de filhos) vai-se perder ainda mais o sentido da escola centro de saber e de cultura, a tal escola e cito livremente Roberto Carneiro "... onde as crianças se sentem felizes...", para dar origem à escola-empresa, com encarregados de educação e alunos clientes e professores meros funcionários mal pagos, cada vez menos dignificados, avaliados pela sua capacidade de "formatar agentes competitivos" para o mercado de trabalho. -----

Com o Mega-Agrupamento vem o fim da escola democrática tão querida daqueles que fizeram dela, ao longo da sua vida a sua bandeira. Deixaremos de ter órgãos eleitos por sufrágio universal para termos membros nomeados e, no topo, um Diretor que, apesar de raros exemplos a justificar a exceção, não passará da "voz do dono", que é como quem diz, os olhos, os ouvidos, a boca, enfim, o rosto do Ministério da Educação. -----

Mas não escamoteemos o cerne da questão. Se os alunos e os encarregados de educação não ganham com esta decisão porquê a insistência em levá-la avante? -----

Apenas e só uma: razões economicistas. -----

Com ela reduz-se o número de funcionários administrativos, reduz-se o número de professores que poderão saltar de escola para escola para colmatar as necessidades numa oculta e ignóbil mobilidade obrigatória. -----

Vamos ter mais desemprego, mais despedimento e fecho de postos de trabalho. -----

O BE reprova a criação do Mega-Agrupamento de Escolas no Entroncamento, manifesta a sua preocupação e alerta para as consequências futuras da sua constituição. -----

Intervenção **António Ferreira**" É uma matéria em que não tivemos muito tempo para analisar o documento. -----

De qualquer forma, daquilo que ouvimos o lema do Partido Comunista Português e da CDU é o ensino público, universal, gratuito e de qualidade. -----

Esta questão da massa crítica, da concentração dos meios, nem sempre significa mais qualidade por vezes significa menos qualidade porque não há tantos meios, estava a ouvir isto mas estava a lembrar-me também do número de alunos por turma e de uma série de outras coisas que estão a fazer neste momento e isto trás menos qualidade ao ensino público. -----

A escola é um local fundamental para a apreensão da democracia e portanto, os alunos deve participar na escola sendo eleitos para os órgãos, os professores e os funcionários devem participar também na eleição dos órgãos dirigentes da escola. -----

Esta questão de cortar cada vez mais no emprego público através da redução de funcionários e de professores tem um limite e nós já sabemos de muitas situações onde a segurança dos alunos estão em questão, isto tem que ter um fim, porque destruímos é fácil, fazermos os Mega Agrupamentos é muito fácil. -----

Isto faz-me lembrar a Administração Regional de Saúde, repartiram-na em quatro agrupamentos, agora vão juntá-los novamente, isto trás custos enormes não podemos planear as coisas desta forma." -----

Continuou **Manuel Domingues**:" Nós vamos votar favoravelmente este documento uma vez que não concordamos com a formação deste Mega Agrupamento, já que o facto de se irem juntar todas as escolas penso que não vai trazer nenhum benefício para a qualidade do ensino, antes pelo contrário." -----

José Baptista referiu: “ Desde há muito tempo não se sabia o que é que ia acontecer ao certo, já com o governo anterior se começaram a criar os Mega Agrupamentos, como foi criado o de Alcanena e outros aqui na zona. -----

Para a criação deste mesmo Agrupamento foi pedido parecer quer ao Conselho Geral da Escola Secundária do Entroncamento, quer ao Conselho Geral do Agrupamento Alpha e ambos se mostraram favoráveis à criação do Mega Agrupamento e portanto, não podemos nós Assembleia Municipal vir contra a vontade das duas escolas. -----

Em segundo lugar os senhores deputados colocam a informação de que vai haver mais desemprego, espero que ele não venha a existir realmente e não seja expectável que aconteça, mas nós hoje, vamos na ordem dos trabalhos que temos, em relação a uma das escolas que já está sobre a tutela do município que é o Agrupamento Alpha Doutor Ruy de Andrade e as Escolas Primárias, vamos hoje abrir um lugar Concursal para mais um funcionário para a área da educação. -----

Quanto à questão da democracia, não há em lugar algum, referência alguma a que se altere o modo de eleição do diretor, continua a ser eleito exatamente da mesma forma e portanto, não há nenhuma alteração da democracia da própria escola. -----

Quando nós hoje em dia vemos grandes instituições de ensino a fundirem-se, porque dizem que em escala conseguem trabalhar melhor e criar melhor excelência e sucesso, como são duas grandes instituições de ensino, sabemos bem que provavelmente é pela sua agregação e junção de esforços que vamos conseguir que as nossas escolas do Entroncamento, sejam mais fortes seja isso por um Mega Agrupamento ou não.” -----

Pedi a palavra **Manuel Domingues**: “ Senhor deputado, agradeço que seja no mínimo honesto, eu faço parte do Conselho Geral onde foi falado a questão do Mega Agrupamento e não foi pedido a nenhum membro do Conselho Geral se concordava ou não com a constituição do Mega Agrupamento, portanto, é bom que sejamos honestos, o que foi comunicado foi que estava decidido e formado o Mega Agrupamento.” -----

Prosseguiu **Luis Grácio**: “Os tempos vão evoluindo há teorias novas, há conceções novas, há pouco o deputado José Baptista falou da questão da agregação de duas instituições de ensino superior, eu acredito e até aceito que no ensino superior se possa criar energias positivas com a fusão de instituições. -----

Há uns anos atrás havia uma tese que o que era pequeno era bonito, era agradável, era bom, as escolas eram todas assim e desenvolvia-se tese e hoje desenvolve ao contrário e está sempre certo. -----

O que se coloca aqui no caso do ensino e estamos a falar no ensino que vai desde o ensino pré-primário até ao secundário, o afastamento no meio escolas, na minha ótica, é negativo e portanto, não estou a ver vantagens num Mega Agrupamento, mas, talvez por formação profissional porque sou casado com uma professora do ensino básico, que tem essas vivências de proximidade, já funcionou em escolas em que tinham as quatro turmas. -----

É preciso ter cuidado quando se falam em decisões sem elas serem devidamente ponderadas, o que esta moção aqui alerta, é para a ponderação das consequências que poderão advir de uma decisão precipitada.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia** colocou a moção à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi rejeitada por maioria com doze votos contra, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes

das Juntas de Freguesia e dez votos a favor, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

Pediu a palavra **Luis Grácio**: “ Quero elogiar a iniciativa que a autarquia teve com as comemorações do 25 de abril nomeadamente ao convidar o Dominique Ventura, acho que foi uma iniciativa louvável e muito agradável. -----

Relativamente à homenagem que foi feita às instituições que praticam a solidariedade social, aqui é que eu estou dividido, as instituições fazem um trabalho meritório e extremamente importante, o sentimento contraditório tem um bocado a ver com o ato de comemorar o 25 de abril, se nós nos lembrarmos que o 25 de abril foi o fim de uma ditadura e de um regime que desprezava, que não pugnava, não cuidava da sua população, dos mais necessitados, não havia reformas, havia a sopa dos pobres, etc., o ato de termos feito aquela homenagem que é devida, que é legítima e que poderia ser feita em qualquer outra altura, no 25 de abril é que me deixou um pouco a abanar. -----

Não queria deixar de falar sobre isto, como o sentimento é tão forte acho que o 25 de abril apareceu para acabar com isto, há aqui uma responsabilidade e o Estado, a Segurança Social não se pode esconder atrás das instituições de solidariedade social e neste momento, com a política de austeridade, que implica recessão e falta de recursos, está a originar a que cortam no subsídio de desemprego, cortam no apoio aos mais pobres e essa situação é um facto evidente, para mim, sinceramente, não devia ser tocada na altura do 25 de abril. -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Como sabe a sessão solene evocativa do 25 de abril é da responsabilidade da Assembleia Municipal, nos últimos dois anos por razões que todos nós conhecemos, não foi possível assinalar no nosso município numa iniciativa que penso todos nós respeitamos, não foi possível realizar a cerimónia do dia do concelho porque coincidiu com dois dias de greves nacionais, o município entendeu por uma questão de respeito e solidariedade para com os trabalhadores da autarquia não passar por cima desse direito dos nossos trabalhadores e portanto, há de facto aqui um lapso de tempo com algum significado em que não havia uma sessão da dignidade da sessão solene. -----

Por outro lado, infelizmente, ao comemorarmos o 25 de abril temos nas nossas vidas, na nossa comunidade, a necessidade e não é de hoje, mas hoje é mais notória que foi manifestada de algum modo aquando deste reconhecimento público, que não envergonha ninguém no sentido de que, é apenas e só o reconhecimento a algumas entidades que fazem este trabalho e que o fazem normalmente sem procurarem mostrar o rosto, muitas vezes de forma anónima. -----

É também uma forma de alertar aqueles que vivem connosco e que estão à nossa roda, para que embora num tempo em que era suposto comemorarmos coisas boas, há coisas que não são assim tão boas e não nasceram ontem e que estão debaixo dos nossos olhos. -----

Obviamente respeitando a posição do senhor deputado Luis Grácio, entendo dar esta justificação mas que também é uma declaração, o 25 de abril aconteceu, nós gostaríamos que tudo aquilo que sonhámos em abril fosse verdade, mas infelizmente, continuamos a ter muito de abril para cumprir e infelizmente todos nós, temos trabalho a fazer nessa matéria, alguns estão a fazê-lo de uma forma mais visível do que outros, espero que todos continuemos a ter a capacidade de ajudar a fazê-lo a cada dia.” -----

Carlos Amaro referiu: “ Gostaria de lembrar aqui um protocolo que foi assinado entre a Câmara Municipal do Entroncamento e a Universidade Lusófona, esse protocolo foi assinado no dia trinta de setembro de dois mil e dez com a colaboração da Câmara Municipal, a COFAC e a Escola Secundária do Entroncamento com vista à criação de

um Instituto dedicado aos cursos de curta duração e pós graduações, designado Instituto do Médio Tejo. -----

Esse Instituto iria iniciar as suas atividades dentro de poucos dias em instalações cedidas pela Escola Secundária do Entroncamento e sobre o patrocínio do Município do Entroncamento. -----

Esta bancada Socialista gostaria de saber que desenvolvimento teve este protocolo, que custo teve para o município este protocolo e gostaria de ter acesso ao mesmo. -----

Queria apresentar um voto de protesto pelo funcionário que está adstrito à Assembleia Municipal, entendemos que ele está instalado sobre condições que não dignificam o seu trabalho no Centro Cultural, quase debaixo de um vão de escada, portanto fica aqui o nosso voto de protesto.” -----

Respondeu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Senhor deputado Carlos Amaro devo dizer que esta matéria faria muito mais sentido no âmbito da informação do senhor Presidente, percebo que estando muito público na sala é simpático falar destas matérias. -----

Relativamente ao protocolo com a Lusófona remeto para quando da informação do senhor Presidente. -----

Sobre a questão do funcionário, em sede de comissão permanente abordaremos esta matéria.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Era só para reforçar o que o deputado do PS afirmou aqui, de facto a Assembleia Municipal merece também alguma dignidade em termos de instalações.” -----

Passou-se de imediato à intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Interveio **João Lérias**:” Sou residente na zona A e o assunto que me trás aqui é mais uma vez, a questão do estacionamento e da taxação à superfície na zona A, o novo entrará em vigor dentro de dias e portanto é esta Assembleia Municipal derradeira para nós nos manifestarmos mais uma vez a nossa indignação em relação a todo este processo. -----

Falo por mim e falo também por muitos moradores que comigo vinham ter e conversavam, a verdade é que o processo é extremamente injusto para os residentes, vai levar a que as pessoas tenham que suportar se quiserem ter um cartão de morador qualquer coisa que não vão conseguir suportar, atentas todas as outras circunstâncias económicas em que o país vive e o aperto económica a que as famílias estão sujeitas, e portanto as pessoas vão ter que ficar subjugadas aquilo que é o entendimento da autarquia. -----

O estacionamento subterrâneo ainda se abana com a bandeira de que é um luxo ter estacionamento subterrâneo como se isso fosse aquilo que interessasse de facto aos moradores, os moradores até se apercebem que agora ainda há estacionamento subterrâneo, daqui a um ou dois anos já não haverá estacionamento subterrâneo, portanto, isto é patamar a patamar, as coisas agora são assim quando se taxou à superfície e se criou o cartão de morador porque percebeu-se que os moradores tinham que colocar o carro nalgum lado, agora é um prejuízo enorme para a autarquia o cartão de morador, então vão os moradores para o parque subterrâneo até que se apercebam que não cabem lá todos e então a autarquia arranja outra forma de tirar dali também os moradores. -----

Nada disto é definitivo e portanto tudo isto é um começo, é um começo de mau estar com os moradores que vivem na zona centro do Entroncamento porque todo este processo foi muito injusto. -----

A comissão de moradores reuniu-se por diversas vezes e aqui quero deixar o meu agradecimento a todos os moradores e também à senhora Presidente da Junta de Freguesia porque sempre que solicitámos a sala de reuniões para podermos conversar sobre este tema, tivemos a maior disponibilidade por parte da Junta de Freguesia. -----

Apesar de termos apresentado propostas, as nossas propostas não foram aceites, uma proposta foi parcialmente aceite, mas, ser aceite ou não ser aceite não faz grande sentido porque não veio a alterar rigorosamente nada. -----

Para além de extremamente injusto, começou por aqui a desertificação do Entroncamento, já disse isso na assembleia em fevereiro ou dezembro, mas por aqui começou a desertificação do Entroncamento e portanto, mais tarde ou mais cedo, o município irá ter que arrear caminho provavelmente. -----

Noutras assembleias talvez viremos aqui com outro objetivo, será mostrar aquilo que é o deserto do Entroncamento, porque iremos fotografar os parques de estacionamento disponíveis que estão na cidade e iremos fazer um álbum fotográfico que depois teremos muito gosto em oferecer à senhora Presidente para que possa remeter à Câmara Municipal para que a Câmara de uma vez por todas, perceba que com medidas desta natureza, está a transformar o centro do Entroncamento na desertificação total. -----

Em junho do ano passado os munícipes foram informados de um e-mail simpático que dizia que começava a pensar em si, a pensar em si tem um parque de estacionamento subterrâneo pensando que o problema estava resolvido e obviamente aqui iria nascer a fonte deste conflito e ao mesmo tempo neste e-mail, dizia-se que o cartão de morador cessava a trinta de junho de dois mil e onze, ou seja, no início do mês dizia que no fim do mês o cartão de morador cessava. -----

A vinte e dois de Junho veio o Doutor Gilberto Martinho dizer que afinal o cartão de morador iria continuar até trinta e um de outubro e de facto a vinte e sete de junho outro e-mail da Câmara assinado pelo senhor Presidente vem retificar esta posição e dizer que o cartão de morador é válido até trinta e um de outubro, portanto só a partir de novembro é que entram em vigor as novas regras, o que é certo é que em novembro os moradores andaram na expectativa ou se deslocavam ao parque subterrâneo a perguntar como é que era, ou se deslocavam junto dos funcionários da Tecnovia para saber se multavam ou não e tivemos aqui os meses de novembro e dezembro ninguém sabia como é que as coisas se desenrolavam. -----

A dezanove de janeiro o senhor vereador João Canaverde enviou um e-mail a dizer que era até ao dia um de março, no dia um de março cessava o cartão de morador, mais tarde, a vinte de fevereiro veio outro e-mail dizer que afinal não, já não era até um de março, mas passava a ser trinta e um de março e finalmente, a vinte e oito de março, veio um e-mail de uma funcionária Ana Paula Vieira a dizer que de facto o cartão de morador terminava em abril, portanto, a partir do dia dois de maio cessava o cartão de morador. -----

Esta forma de prorrogar as situações, de alterar, de dizer que é agora, que é depois, que é amanhã, isso cria muita instabilidade pela forma de tratamento como os munícipes foram tratados, entendemos que de facto é uma forma bastante desrespeitosa.

O município pode achar que nós não ganhámos esta luta, ou esta batalha, também não estamos aqui para fazer batalha nenhuma, uma coisa nós podemos garantir, é que

perdíamos muito mais se não tivéssemos feito aquilo que fizemos e aquilo que vamos continuar a fazer.” -----

Prossiguiu **Julietta Brás**: “ Sou moradora no Entroncamento e trabalho na rua Rui Luis Gomes há doze anos e venho trazer uma chamada de atenção muito importante a meu ver e de muitas pessoas que trabalham ao meu lado. -----

O estacionamento nessa rua em frente às lojas devia estar devidamente dividido, porque causa um grande transtorno, maus estacionamentos que roubam estacionamentos naquela zona, a falta de um estacionamento para deficientes. -----

No cruzamento desta rua com a rua Luis Falcão de Sommer, estacionam camionetas para descarregar que tapam a visibilidade das montras e isto é uma constante no centro da cidade. “ -----

Continuou **Fernanda Alves**: “ Sou moradora no Entroncamento na rua Manuel Rodrigues Gameiro, a minha questão prende-se com o estacionamento na zona A para demonstrar a minha indignação do estacionamento. -----

Perante a falta de informação dirigi-me ao parque subterrâneo e questionado o segurança de serviço relativamente a estas questões das datas, porque andávamos todos numa grande insegurança, e também ao saber da data limite para a questão do cartão de morador seria trinta de abril, hoje à tarde dirigi-me à Câmara Municipal no sentido de obter algumas informações e fiquei a saber que as alternativas ao cartão que neste momento a minha casa detém, tenho três carros e uma garagem, tenho um cartão, as coimas vão chegando, ou porque me dirijo a casa e os senhores da Tecnovia passam e multam e isto tem-se tornado uma situação insuportável. -----

As alternativas que obtive hoje são o parque de estacionamento subterrâneo no nível menos dois com um cartão gratuito ou a aquisição de um cartão pelo valor de vinte euros mensais e ainda há uma outra alternativa que seria o pagamento de sete euros e meio a pagar por quinze minutos para descarregamento junto à minha casa. -----

Perguntei ainda quanto tempo é que podia ter o carro no parque subterrâneo e disseram-me que ao fim de três dias teria que subir e voltar a entrar e pensei, quando for de férias tenho que arranjar e pagar a alguém que me faça este serviço, penso que isto não é viável. -----

A sua opção um cartão com uma mensalidade de vinte euros, tenho um lugar cativo? Se eu pago terei que ter um lugar, também não me souberam responder, se acontecer um dia ao chegar a casa e dou três voltas ao quarteirão e não tenho lugar, estou a pagar um cartão e não tenho direito a um lugar cativo? -----

A questão dos quinze minutos para nos deslocarmos neste caso eu, ao quarto andar, para mim os quinze minutos chegarão, mas estacionar levar as compras para o quarto andar, se o elevador estiver avariado não como é que faço, não sei se chegará, ao fim de quinze minutos levo uma multa. -----

Peço desculpa pela minha intervenção, estava convencida e estou convencida, que quem está à frente de município no caso o executivo camarário serão pessoas que deverão pensar não só na função que têm enquanto gestores de uma autarquia, mas acima de tudo têm de pensar primeiro nos munícipes, eu pago os meus impostos, pago o IMI, vim morar para o Entroncamento por opção, mas penso que teria sido uma boa opção do executivo ou das pessoas envolvidas, esta questão deveria ter sido pensada antes, isto tira-me a vontade de morar aqui e é pena ter que dizer isto. -----

Vinha mais aqui não só para mostrar a minha indignação na forma como este assunto foi tratado, já aqui foi referido que nós não fomos ouvidos, a informação também não chegou devidamente e agora vemo-nos a braços com uma questão que tem que ser resolvida.” -----

Referiu **Celena Martins**: “ Sou empregada de comércio e venho aqui em meu nome e de outras pessoas dizer o seguinte: -----

Venho aqui manifestar a minha profunda desolação e também a grande revolta em relação ao que a Câmara estão a fazer aos moradores da zona A em dois pontos: -----

Primeiro, por sermos considerados moradores de segunda pois somos os que pagamos mais em todos os aspetos e não podemos usufruir do que é de nosso por direito o estacionamento à nossa porta. -----

Segundo, deixar morrer uma cidade que era um centro comercial a céu aberto que depois dos parquímetros parece um deserto e vai ficar pior a partir de um de maio.” -----

Pediu a palavra **Luis Parente Martins**: “ O que me trás aqui também é a questão do estacionamento, ou melhor dizendo a proibição do estacionamento. -----

Resido na rua Brigadeiro Lino Dias Valente e há umas semanas fomos confrontados com a proibição abrupta de estacionamento na citada rua, não tenho a pretensão de estar a falar em nome de todos os condóminos, mas apurei pela esmagadora maioria dos moradores nos dois edificios é comum o desagrado, a indignação pela proibição do estacionamento. -----

Não me parece muita justa a forma como foi gerida a situação que de um momento para o outro fomos inibidos do estacionamento que ali temos há pelo menos onze anos. -----

Era uma mais-valia que tínhamos por viver ali perto de todos os serviços e de repente é-nos vedado também esta mais-valia do estacionamento. -----

Aquilo que nos interrogamos é o que é que aconteceu, quais foram as razões que levaram abruptamente a ter sido vedado o estacionamento, não houve alterações de tráfego significativas naquela rua. -----

A razão da minha intervenção é no sentido de obter uma explicação para a proibição do estacionamento naquela rua. -----

Nos edificios residem pessoas com alguma idade, que têm alguma dificuldade de locomoção e esta medida trás mais dificuldades de aceder às suas casas e deixaram de ter esta mais-valia que tinham.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção por parte do público, passou-se à ordem dos trabalhos. -----

-----ORDEM DOS TRABALHOS-----

PONTO NÚMERO UM-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2011 DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO-----

Pediu a palavra **Manuel Domingues**: “ Ao analisarmos as contas de 2011 verificamos que o total das receitas foi de 13.670.063.72 € e o total das despesas faturadas foi de 18.666.014.39 €. -----

A diferença entre a despesa faturada e a paga é de 4.841.021.97 € ou seja, o valor da despesa ultrapassou a receita em 35%. -----

Se observarmos a evolução dos valores das diferentes rubricas das receitas, IMI+CA, IUC+IMV, Transferências correntes e Fundo de Equilíbrio Financeiro concluímos que os seus valores têm variado com grande estabilidade pelo que não é de prever que possam sofrer grandes aumentos no futuro. -----

Já o IMT+Sisa, os Impostos Indiretos e Taxas, multas e outras penalidades sofreram uma redução significativa devido à crise que atravessa o setor imobiliário e não se espera que possa melhorar de forma significativa num futuro próximo. -----

A única rubrica de receita em que a autarquia pode intervir diretamente é na venda de bens e serviços correntes cujas tarifas sofreram recentemente grandes aumentos mas não irão proporcionar um aumento significativo das receitas. -----

Perante estes dados somos forçados a concluir que não será possível a curto prazo aumentar as receitas para fazer face às despesas correntes da autarquia, pelo que o aumento da dívida será inevitável. -----

Preocupa-nos sobretudo o aumento da dívida de curto prazo a fornecedores que no último ano passou de seis milhões de euros para oito milhões e meio de euros a que se soma o aumento dos prazos de pagamento o que para o comércio local se torna insustentável. -----

É urgente que se tomem medidas que reduzam de forma significativa as despesas correntes uma vez que estas ultrapassam as receitas correntes em 25%. -----

No que toca às despesas de investimento temos dito ao longo do tempo que não concordamos com as opções tomadas porque entendemos que quando os recursos são escassos a opção deve ser a de preservar o património existente em vez de fazer novos investimentos. -----

Pelo exposto não poderemos aprovar este documento e iremos votar contra. -----

Proseguiu **António Ferreira**: “ Vou ler uma parte da declaração e depois apresento a declaração por escrito, mas antes de começar a ler a declaração queria dizer:

Todos os anos faço uma análise dos números e falo aqui dos números, tal como o nosso colega do PS fez neste momento, já tinha feito essa análise metia no caixote do lixo e fiz outra, depois da sessão solene do 25 de abril, acho que devia fazer uma análise não só das contas mas ligá-las à situação real do concelho porque deixou-me muito preocupado a questão que vi nas comemorações do 25 de abril. -----

Nos dados que utilizei, utilizo os números das contas o documento da DGAL que é importantíssimo, aliás verifiquei que o documento da DGAL que nos foi entregue hoje, substitui o documento que nos foi entregue em dezembro e os números estão diferentes, passo a ler uma parte da declaração: -----

O retrato das contas entregues e a sessão solene do 25 de abril deixou-nos aterrorizados: O rumo é o de declínio económico do concelho, de retrocesso social, do retorno à caridadezinha da “sopa da pedra”, da negação da dignidade, para camadas crescentes dos nossos municípios e do descalabro financeiro da autarquia. -----

O Partido Socialista deixou um role de dívidas no município e o Partido Social Democrata submergiu-se com mais do mesmo, com a agravante dos Governos não cumprirem com a Lei das Finanças Locais, e concomitantemente o município aceitar coercivamente ou voluntariamente competências ruinosas para as suas finanças, a que acrescem as muitas obras de fachada e de opulência. Um rumo de desastre que a propaganda deste executivo camarário não ilude. -----

A repetida e estafada culpabilização das crises nacionais, internacionais, das crises até aos confins da Patagónia levaram-nos por manifesta incapacidade, falta de estratégia, limitação dos atores decorrente dos seus conceitos ideológicos, a políticas erradas e uma dívida de cerca de 18 milhões de euros, muito superior ao conjunto das receitas anuais de 13,7 milhões de euros, um prazo médio de pagamento muito para além do aceitável e uma dependência crónica, errada e nefasta, da atividade do setor da construção. A dívida de curto prazo acarreta prejuízos enormes aos fornecedores e dificuldades às atividades económicas e sociais do concelho. Alguns dirão que os nossos vizinhos da Barquinha e Golegã estão pior – desculpas, de quem tem diariamente os fornecedores a pressionar a tesouraria ... Com o mal dos outros podemos nós bem! -----

Uma evolução desastrosa que - para lá da propaganda e do deixar andar, de há décadas, tão característico e enraizado nesta Câmara, todos os dias conhece novos desenvolvimentos e a comprovação como o atesta, entre outras, o buraco dos protocolos das escolas. -----

Em todas as sessões desta assembleia o executivo camarário dá notícias. Más, o endividamento e a hipoteca do futuro do município. Tudo isto, a evidenciar a necessidade imperiosa de uma rutura com esta política de desastre concelhio e a sua substituição por uma política local de esquerda, ao serviço dos interesses dos entroncamentenses. -----

Mostra a realidade que as nossas preocupações, os nossos avisos, de anos, estão agora, infelizmente, patentes no declínio económico do concelho, no colapso social do concelho e no descontrolo das contas do município. -----

A solução para os problemas do concelho, a salvaguarda do futuro exige uma política contrária à que está a ser executada. É imperiosa a adoção de uma política virada para o crescimento económico local, de criação de riqueza e emprego, tendo como eixos essenciais a defesa e a valorização das atividades locais, a diversificação das atividades económicas e sociais e a redução da dependência de receitas do município de setores muito sujeitos às crises cíclicas como é o caso da construção civil. A par dum efetivo apoio às micro, pequenas e médias empresas, com estratégica, planeamento municipais, acompanhamento e aconselhamento. É imperiosa uma política ativa local de captação de investimentos com efeitos multiplicadores na economia do concelho. -----

É vital o fim do ruinoso processo de privatizações/concessões (estacionamento, águas, ...) e a adoção de medidas com vista a assegurar o efetivo controlo municipal sobre as águas que são das nossas populações e que garanta segurança, e a qualidade nos serviços e as receitas ao município de dinheiro vivo que evitem empréstimos onerosos de curto prazo. -----

O concelho não está condenado ao declínio económico e social e ao crescente endividamento. Com os princípios do poder Local Democrático e políticas de esquerda, a luta de caráter municipalista pela autonomia e o cumprimento constitucional da Lei das Finanças Locais, relançaremos o concelho na senda do desenvolvimento e da prosperidade! -----

Só assim evitaremos o colapso das finanças do município. -----

Continuou **Luis Grácio:**” As considerações que tecemos sobre este documento já são sobejamente conhecidas, foi discutido neste executivo e a posição do Bloco já se conhece e portanto, vamo-nos cingir de uma forma sucinta alguns aspetos mais relevantes. -----

Pelo segundo ano consecutivo o saldo do exercício é negativo, esta situação agrava de forma significativa a já precária situação financeira da autarquia. -----

As receitas correntes tiveram um decréscimo de dez por cento, devido principalmente à diminuição das receitas provenientes da atividade do setor imobiliário.

O modo de financiamento fundamental das autarquias em tempos de crise demonstra-se inoperante, já em anterior assembleia aqui discorria acerca da necessidade de se alterar o paradigma do financiamento das autarquias, cada vez se torna mais premente com a continuação da política recessiva deste Governo e da receita da Troika o necessário crescimento económico poderia dar algum desafogo à atividade das autarquias é uma miragem, de certo que continuaremos a existir ao decréscimo das receitas das autarquias. -----

Somente a cobrança do IMI continua na sua senda de crescimento e com as alterações que por aí se fala, provavelmente continuará a crescer, já representa dezassete

por cento do total das receitas, mais encargos para os municípios, são sempre os mesmos a pagar a fatura. -----

A descida das despesas correntes era inevitável, mas todavia, está muito longe de equilibrar as contas da autarquia agravadas que estão pelo montante de dívidas a terceiros, nomeadamente a pequenos empresários, este será de certo a mais preocupante situação das contas em apreço. -----

Quanto aos investimentos, a situação não está fácil, sem gerarmos excedentes dificilmente poderemos candidatar a fundos do QREN e conseqüentemente ter investimento, assim, mais uma vez ficarão para o esquecimento investimentos necessários como, só a título de exemplo, a recuperação do Cine-Teatro São João ou a Biblioteca. -----

O parecer do ROC é um parecer técnico e que, pela primeira vez apela à votação a favor, achei piada, porque pressupõe provavelmente que todos os membros desta assembleia seriam ROC, mas o que nós aqui discutimos é a posição política e não a análise das contas, do ponto de vista da sua integridade aos princípios contabilísticos, esses certo que estarão certos, mau seria se a autarquia com os técnicos que tem, estivesse a falhar. -----

Face a estas observações, a nossa posição só poderá ser o voto contra.” -----

Referiu **José Baptista**: “ No ponto que agora discutimos é demasiado importante para ser deixado à deriva e por considerações vãs e básicas sem que tenhamos noção daquilo que estamos a falar. -----

Quando olhamos o exercício económico de 2011 é preciso ter em atenção, como aqui já foi referido, o quadro económico em que o apresentamos, uma profunda crise social, económica e financeira que por si só, vem abalar gravemente as finanças de qualquer instituição. -----

A primeira observação que conseguimos fazer olhando para os relatórios e para os dados que nos foram enviados e já agora permitam-me que faça o devido parentese para dar o nosso manifesto regozijo pela qualidade dos documentos elaborados pelos funcionários do município, as receitas correntes são o principal alicerce do funcionamento da organização ficam a dez por cento abaixo do valor recebido no ano anterior, por aqui temos o primeiro grande percalço deste ano de 2011. -----

O aumento da dívida porque a menor receita de entrada, vem dar obviamente um aumento de dívida para pagar aos credores, a restrição da margem de manobra na questão de área, porque se não entra no dia-a-dia também é muito mais difícil conseguir gerir com aquilo que há. -----

O aumento dos preços do IVA e a eletricidade são in comportáveis para os cofres do município e portanto, é óbvio que com uma situação económica destas é impossível que o resultado do município seja aquele que era expectável. -----

Este exercício de 2011 terminou com um resultado negativo no valor de 2.303.861,57 euros, as rubricas com maior peso como é possível verificar são os proveitos em que os impostos e as taxas, as transferências e subsídios obtidos correspondem a 69,18 por cento dos proveitos obtidos. -----

Quanto aos custos, esta sim é a franja principal, as rubricas com maior peso foram os custos com o pessoal e os fornecimentos e serviços externos com um peso conjunto de 78 por centos dos proveitos, portanto, é fácil prever logo que nem 25 por cento chegam a sobrar. -----

Analisando de uma forma fria, é possível verificar na análise dos documentos que há uma diminuição dos proveitos em 11,2 por cento face ao ano anterior. -----

Quando nos centramos na análise das vendas e prestações de serviço, página 104 do relatório, as rubricas vendas e prestações de serviços registou em 2011 uma quebra de cinco por cento face ao ano anterior, ou seja, menos cento e dezanove mil euros, estas variáveis centram-se essencialmente na água, saneamento, resíduos sólidos e transportes urbanos, como sabem foi alvo de uma reavaliação. -----

Na página 105 temos impostos e taxas, há uma diminuição de 21 por cento, menos 1.082.769,59 euros, só no capítulo das taxas, portanto é preciso saber do que é que estamos a falar. -----

Estas quebras verificam-se no IMT, um registo de menos 60 por cento, e loteamentos e obras com menos 76,74 por cento. -----

Por outro lado, as transferências e subsídios obtidos, página 106 do relatório, uma receita de 4.081.920,72 euros, dois por cento abaixo daquilo que era expectável, uma diminuição que se deve sobretudo aos cortes nas transferências do orçamento do estado, mais propriamente do FEF. -----

Estas rubricas que eu aqui referi nos proveitos, representam um decréscimo de 1.290.166,28 euros, face ao ano anterior. -----

Quando nós nos referimos aos custos, página 102 do relatório, registou-se um aumento de custos de três por cento face ao ano anterior, é preciso ver aonde é que estes custos aumentaram, nos fornecimentos e serviços externos com um valor de 4.285.000,00 euros, referem-se aos custos com pessoal página 116 e vou ler este excerto só para que se perceba: *As despesas com o pessoal em 2011 atingiram o valor de 4.698.371,17 euros, registando-se um decréscimo de 5,72 por cento relativo ao ano de 2010, esta redução é a consequência dos pacotes de austeridade aplicadas pelo governo e que se sente obviamente no município.* -----

Há ainda nesta questão dos custos, a referir as amortizações do exercício, página 118, em que se refere que em comparação com os valores registados em 2010 que foram de 1.931.000,00 euros, houve um aumento de 8,27 por cento, o que resulta principalmente de transferências de obras em curso. -----

Finalmente e entrando nos dois capítulos que mais interessam, a dívida e o endividamento. -----

Quanto à dívida registou-se um aumento global de 13,60 por cento centrado basicamente na dívida de curto prazo a fornecedores 61,60 por cento e as dívidas de médio e longo prazo sofreram uma diminuição de 5,20 por cento de amortizações de empréstimos bancários, parece-nos normal que a dívida a curto prazo cresça, quando as entradas são obviamente diminutas. -----

Os principais aspetos que se levantam nesta dívida face a 2010 são 2.128.000,00 euros sensivelmente, e o decréscimo dos proveitos é de 1.290.166,20 euros e esta são só as rubricas mais significativas. -----

Quanto ao endividamento, página 140, no final de 2011 os valores eram os seguintes: Endividamento a médio longo prazo tinha um excesso de 160.623,00 euros, como é possível observar, dessa mesma ficha que o senhor deputado se referiu da DGAL, foi solicitado o excessionamento à DGAL de 2.855.000,00 euros para obviamente cobrir porque são obras participadas, provavelmente tudo leva a crer que estas obras vão ser excecionadas e ficaremos com uma margem muito grande para endividamento do município. -----

Quanto ao endividamento líquido, esta tem uma margem de 5.924.579,00 euros, a margem deve-se ao registo de contratos financeiros já assinados anteriormente. -----

É preciso que não nos esqueçamos que este é um documento financeiro de análise produzido pelos técnicos do município mas obviamente revisto pelo Revisor Oficial de

Contas, que nos faz uma apreciação específica no final, o relatório do Revisor Oficial de Contas diz expressamente que aconselha esta assembleia a aprovar estas contas, isto é um relatório técnico aquilo que estamos a aprovar, não é um relatório político. “ -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número um à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um “ **Prestação de Contas – Exercício Económico de 2011 do Município do Entroncamento**” foi aprovado por maioria com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dez votos contra, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

Passou-se de imediato ao ponto número dois da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA 1 LUGAR DE ASSISTENTE TÉCNICO PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Nós neste assunto votaremos contra por algumas razões que passo a referir: -----

O contrato de execução relativo à transferência para a área de educação, quanto a nós nunca devia ter sido assinado e nunca devia ter sido aceite pela Câmara Municipal do Entroncamento, não é razão suficiente para votar contra, neste caso, mas a isto somam-se outras questões. -----

Somos solicitados para abrir um procedimento Concursal para assistente técnico e indicar uma comissão sem qualquer representante deste órgão, outras vagas nesta área têm sido preenchidas sem qualquer consulta à assembleia. -----

Por outro lado, vejo com preocupação um documento afixado à entrada da câmara, com o cancelamento de quatro ou cinco vagas que foram canceladas por falta de dinheiro e que são para áreas essenciais. -----

Por outro lado, em matéria de pessoal, as sanções de incumprimento para a criação de lugares levam a irregularidades muito severas e não estão muito bem definidas em termos de legislação e nós temos algum receio em relação a isto. -----

Queremos alguma clarificação nesta Lei, sem a clarificação desta Lei situações como estas, nós aqui não aprovamos.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Conforme consta da documentação que foi remetida aos senhores deputados, diz assim na informação dos serviços: *As saídas de pessoal proveniente da transferência de competências.....*, há uma explicação para a abertura desta vaga, saíram duas pessoas da carreira de assistente técnico da cota que é paga pelo contrato feito com o Ministério da Educação, que é esse mesmo contrato que vai suportar este funcionário e portanto, saiu uma assistente técnica por mobilidade e outra da categoria de coordenadora técnica que se reformou, o que significa que estão a sair duas pessoas da cota já contratada e portanto, está a ser aberta uma vaga na área de assistente técnico. -----

Relativamente à outra nota que fez, há efetivamente mais uma pessoa a trabalhar no município, que está cá colocada ao abrigo da Lei da mobilidade, é um processo que os senhores conhecerão em termos de procedimento administrativo e legal.” -----

Antonio Ferreira referiu: “ Eu não me estou a referir a essa questão, aquilo que eu refiro é o seguinte: Há um processo que cada vez é mais complicado em termos de Ministério, há questão da Lei da tutela que nos suscita alguma dúvidas em termos da interpretação, que hoje é interpretada de uma forma e amanhã pode ser interpretada de outra forma, temos aqui um exemplo da qualificação de alguns trabalhadores nalgumas

câmaras que têm que devolver o dinheiro que receberam, aqui, na Lei da tutela acontecesse novamente essa falta de esclarecimento e alguma dúvida. -----

Numa situação tão delicada neste momento na contratação de pessoal, acho que para este caso nesta comissão de avaliação curricular, havia de haver também alguém desta assembleia nessa comissão.” -----

Pediu a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para esclarecer o seguinte: “ Neste momento só podem estar nestas comissões técnicos, não podem estar políticos.”

Proseguiu **José Baptista**: “ Só para fazer um pequeno esclarecimento. -----

Ao ver este ponto na ordem dos trabalhos se houve alguém que eu pensei que jamais colocaria entraves à entrada de um funcionário, é exatamente a Coligação Democrática Unitária. -----

Com toda a explicação que vem na proposta feita pela senhora Vice-Presidente da Câmara, aquilo que a senhora Presidente da Assembleia já fez questão de reproduzir aqui, saem dois funcionários do exercício de funções, entra um funcionário, o que o senhor deputado quer, é que a escola continue a funcionar como funcionou mas com menos duas pessoas. -----

É a primeira vez que vejo o PCP a dizer uma coisa destas. -----

Por outro lado, aquilo que se referiu aqui, de que os trabalhadores vão ter que entregar dinheiro, esses trabalhadores dessa câmara vão ter que o fazer por uma questão de má gestão do órgão executivo.” -----

António Ferreira referiu: “ Comecei por referir que a câmara cancelou a contratação de quatro ou cinco trabalhadores que são indispensáveis para esta câmara em áreas que têm a ver com saneamento e transportes, cancelou porque não tem verbas para isso e nós aqui assumimos uma responsabilidade que é do Ministério da Educação, que nós só temos que entregar e devolver de procedência ao Ministério da Educação, não temos que ter custos, não é essa a nossa competência, não temos know-how, não temos saber fazer, não temos os meios para tomar conta dessas áreas.” -----

Continuou **José Baptista**: “ O senhor deputado ao dizer que nós não temos know-how para gerir a educação do nosso município, é menosprezar os funcionários que trabalham neste município pela educação há muitos anos e que sabem o que fazem, porque a educação no Entroncamento, como o senhor deputado sabe é considerada de excelência e o serviço que é dado pelo município é de excelência. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número dois à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “ **Proposta de Abertura de Procedimento Concursal para 1 Lugar de Assistente Técnico para a Área da Educação**” foi aprovado por maioria com quinze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, cinco abstenções do Partido Socialista e dois votos contra da Coligação Democrática Unitária.

PONTO NÚMERO TRÊS -----

CONTRATO – PROMESSA DE PERMUTA ENTRE O MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO E MARIA DA CONCEIÇÃO HENRIQUES FONTELONGA NUNES BENTO E VIRGÍLIO NUNES BENTO -----

Pediu a palavra **Célia Leal**: “ Vamos votar contra o mesmo, não que sejamos contra neste caso a permuta de terrenos entre a autarquia e particulares entendemos que é uma boa forma de fazer a gestão do território, neste caso de estruturas municipais como será esta escola, em zonas nobres da cidade. -----

O que estamos a colocar em causa é o terreno que é permutado, ou seja, entendemos que neste caso o município do Entroncamento, se tinha terrenos municipais e nós sabemos que os tem em locais que consideramos nobres, como na zona do Tribunal e outros, entendemos que não deveria fazer essa troca com o terreno na rua 1º de maio, onde está situada a escola primária número três. -----

É uma escola construída nos anos sessenta, uma escola com oito salas, achamos que nesta altura estar a destruir um edifício que não é dos mais antigos, seria de todo desadequado a destruição do mesmo. -----

Por certo com certeza poderia ser utilizado por exemplo para instalar a Assembleia Municipal, cede-lo a instituições de solidariedade, ou a entidades associativas do concelho, porque não fazer uma ludoteca, ou afetá-lo aos jovens. -----

O que estamos contra e o que vamos votar contra, e que quero deixar bem claro, contra a permuta de terrenos é apenas contra a destruição dessa escola, porque entendemos que faz parte de história do concelho, que deveria ser mantida, se não tem utilidade para o município deveria ser cedida a outra instituição que pudesse fazer o melhor uso.” -----

António Ferreira referiu: “ Nós não temos representante no executivo, estávamos a aguardar para ouvir as outras intervenções para tomarmos uma decisão e aprofundar a nossa opinião sobre esta questão. -----

Portanto, pedia à senhora Presidente da Assembleia que me desse a palavra depois da intervenção do PSD.” -----

Intervio **José Baptista**: “ Vejo que o senhor deputado da CDU gosta de ouvir os deputados do PSD, ainda bem, é um ato democrático. -----

Este contrato de permuta que nos foi enviado, refere perentoriamente quais é que são os lotes de terreno que são permutados entre o promitente-comprador e o promitente-vendedor, neste caso, vendedor e comprador. -----

O que nós verificamos nesta situação, é que, como a senhora deputada Célia Leal saberá certamente, para haver uma permuta é preciso que os dois contraentes queiram permutar as duas coisas que estão em alvo de permuta, se o município do Entroncamento precisa de um terreno que está situado no ponto x, e quem detém aquele terreno quer um terreno que está situado no ponto y, e se não há constrangimentos entre um e outro em cederem esses dois locais, não vejo até que ponto é que há aqui um problema, a senhora deputada refere a idade daquela escola, eu fui aluno naquela escola e sei as suas condições há dezoito anos atrás, que já de si eram muito degradantes. -----

Se um dos investimentos do município que foi votado pelos eleitores desta cidade quando elegeram este executivo maioritário, foi dotar o parque escolar deste município de novas escolas com qualidade, não difícil perceber que a construção da nova escola era imperativo. -----

A senhora deputada depois poderia dizer-me assim, está ali um edifício tão bonito, porque é que não aumentam mais meia dúzia de sala e aquilo fica lá tudo, primeiro porque não tem espaço para os recreios, segundo porque fazer uma reconstrução hoje em dia sai muito mais caro, como é fácil de perceber na escola nova que está a ser construída. -----

Por último certamente se perceberá, à muita coisa que se poderia meter naquele edifício e certamente o que a senhora deputada queria, era que aquele espaço continuasse a ser do município e não passasse para um privado, tudo à volta são prédio e tudo à volta está urbanizado, portanto entre aquele quarteirão passar estar urbanizado ou não aqueles lotes, não é por aí que vem o mal ao mundo, mal ao mundo viria se aqui

estivéssemos a ser imbuídos a aceitar uma permuta que tinha sido alvo de especulação imobiliária, uma permuta que tivesse sido alvo de compadrios e negócios ocultos. -----

Pela documentação enviada se percebe facilmente, aliás, se perguntar percebe-se os meses que demorou a fazer o processo negocial relativo a esta permuta, foi muito difícil que a família cedesse aquele local, se nós formos a ver de uma forma fria aquele local, aonde o Entroncamento vai passar a ter uma nova escola, é muito mais importante para o município do que aquele local onde hoje em dia está a escola número três.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ As questões que foram levantadas pelo PS e pelo PSD, a questão do PS em defesa do património, a questão da necessidade da Câmara em determinados terrenos para as necessidades de instalação de serviços e de outras coisas, mas, esta questão do PS em relação ao património arquitetónico e uma outra questão que me pareceu que não está na avaliação, se não for assim corrijam-me, que é a questão da avaliação independente, o que nós temos aqui, é uma avaliação em função daquilo que está nos valores declarados em termos patrimoniais das Finanças, acho eu, mas posso estar enganado em relação a isso, o que me parece, é que deveria ter havido uma avaliação independente para que não fiquem dúvidas em relação ao processo.” -----

Continuou **Célia Leal**: “ Penso que se calhar não me exprimi em condições. -----

Como é evidente, não somos contra uma nova escola, nem poderíamos ser, até porque tenho uma filha em idade escolar e tenho interesse que frequente uma escola mais moderna. -----

O que nós entendemos que é errado, é sabermos que o município tem terrenos concerteza que a entidade com quem se permutou aquele terreno, porquê aquele? Se a câmara possui outros terrenos se calhar em zonas nobres dentro da cidade, porquê aquele? -----

Um terreno que vai ter custos de demolição, que tem uma estrutura que não tem as condições para crianças, mas concerteza que terá dignidade para receber entidades do nosso concelho, para instituições de solidariedade social ou outras, isso é que nós não compreendemos, a destruição de um espaço que pode ser utilizado condignamente com uma pequena reparação, tem bom aspeto, por exemplo para a Esquadra da Polícia. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto número três à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “ **Contrato – Promessa de Permuta entre o Município do Entroncamento e Maria da Conceição Henriques Fontelonga Nunes Bento e Virgílio Nunes Bento**” foi aprovado por maioria com quinze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, e sete votos contra, sendo cinco votos do Partido Socialista e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

REGULAMENTO MUNICIPAL DA VENDA AMBULANTE -----

Interveio **António Ferreira**:” Nós vamos votar favoravelmente este regulamento, votaremos favoravelmente também os outros regulamentos. -----

No entanto, neste regulamento há aqui uma questão, embora não tenha diretamente a ver com o nosso concelho, tem a ver com outros concelhos, que é a questão das restrições da venda ambulante de comida em locais públicos, mas mais do que isso, as restrições em termos de venda dos comerciantes agricultores que vai ter consequências em terem alternativas às grandes redes de distribuição, é mais um obstáculo do acesso direto aos compradores.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número quatro à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “ **Regulamento Municipal da Venda Ambulante**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

REGULAMENTO MUNICIPAL DOS PERÍODOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -----

Não havendo pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número cinco à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

O ponto número cinco “ **Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE O LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS -----

Não havendo pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número seis à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS -----

O ponto número seis “ **Regulamento Municipal sobre o Licenciamento das Atividades Diversas**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO SETE -----

REGULAMENTO MUNICIPAL DE AFIXAÇÃO E INSCRIÇÃO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO -----

Não havendo pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número sete à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE -----

O ponto número sete “ **Regulamento Municipal de Afixação e Inscrição de Publicidade e Ocupação do Espaço Público**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO OITO -----

REGULAMENTO MUNICIPAL DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS NÃO URBANÍSTICAS -----

Não havendo pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número oito à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO -----

O ponto número oito “ **Regulamento Municipal da Tabela de Taxas e Licenças não Urbanísticas**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO NOVE -----

ISENÇÃO DE TAXAS – LICENÇAS DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO – 2012 -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Esta é uma medida com reduzido impacto económico para a Câmara Municipal, estas taxas também são importantes para o município fazer face a custos que tem com a colocação com os privados e outros de propaganda na rua. -----

É importante que esta medida seja temporária, mas isto por um lado não vai resolver o problema do comércio local, o problema que o comércio local tem e essencialmente devido à redução dos salários e reformas, tem um impacto enorme no comércio e nas outras atividades económicas, a degradação das condições da atividade por via do aumento dos custos de produção impostos, taxas, tarifas, eletricidade e outros, é evidente que aquela questão do estacionamento, também está aqui no agravamento das condições de laboração, mas também não é fundamental, quanto a mim. -----

Outras questões têm a ver com as condições que são dadas aos grandes centros comerciais e que não são dadas aos comerciantes e aos pequenos empresários, isto é que é fundamental nas dificuldades que estes setores estão a atravessar. -----

É evidente que aquilo que nós estamos aqui a oferecer é uma medida paliativa que não vai salvar a maior parte, nem dos comerciantes nem das outras atividades.” -----

Prosseguiu **Reinaldo Amarante**: “ Desde de 2009 quando já eram visíveis os efeitos da crise económica nos pequenos negócios da cidade, a Câmara Municipal do Entroncamento tomou medidas quanto à isenção de taxas no sentido de apoiar os estabelecimentos mais afetados. -----

No entanto, nos anos seguintes esses apoios foram sendo progressivamente restringidos e limitados às que incidiam sobre a afixação de publicidade e às empresas com sede no Entroncamento. -----

Com o agravamento da crise, o poder de compra do consumidor também diminuiu pelo que temos vindo a assistir impotentes, ao encerramento de pequenos negócios base do comércio tradicional. -----

Como consequência, tem vindo a decrescer a receita resultante das várias taxas cobradas pelo município essenciais à prestação de serviços à comunidade. -----

É nestes períodos de maiores dificuldades que mais sentido faz a palavra “solidariedade” e cabe ao município dar um passo à frente no maior esforço de apoio à economia local. -----

A presente proposta, mais do que uma proposta inicial do Bloco de Esquerda posteriormente aprovada por unanimidade em reunião de câmara, é um esforço coletivo em prol daqueles que fazem o quotidiano do Entroncamento, as micro empresas, as empresas familiares e são geradoras de postos de trabalho. -----

Com esta proposta equilibrada entre os interesses da Câmara Municipal do Entroncamento e as pequenas empresas, estamos a investir na sobrevivência das mesmas pequenas empresas, do pequeno comércio, na manutenção de postos de trabalho e em última análise na melhoria da qualidade de vida dos que aqui vivem e fazem o seu dia-a-dia. -----

No futuro, estamos também a investir no regresso do Entroncamento ao polo de comércio que já foi, e em consequência o aumento das próprias receitas do município. –

O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente esta proposta.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE -----

O ponto número nove “**Isenção de Taxas – Licenças de Publicidade e Ocupação do Espaço Público – 2012**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO DEZ -----

DESIGNAÇÃO DE UM MEMBRO NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Nos termos do regulamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, o membro da cota das indicações da Assembleia Municipal, tem que ser indicado um membro de cada partido e portanto, é proposta a substituição de um membro do Partido Socialista. -----

Nestes termos, a bancada do Partido Socialista já propôs que o nome a votar seja o de Lúcia Dias Abelha, é uma jovem do nosso concelho, estudante em Coimbra e residente no Entroncamento e portanto, sugere-se que seja votado com um sim ou não, a proposta deste nome em substituição da senhora deputada Carina Luis.” -----

Seguidamente foi feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respetivos boletins na urna. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DEZ -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número dez obteve a seguinte votação: -----

Vinte e dois votos a favor de – Lúcia Dias Abelha. -----

PONTO NÚMERO ONZE -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara**: “ Falou-se aqui na água, quero-vos dizer que estive numa reunião com todos os presidentes da Lezíria do oeste e do Médio Tejo, perante os cento e um municípios que estavam presentes, foi afirmado que não vai haver privatização de água e aqui disse-o ao executivo, pelo que não tem razão de responder à pergunta feita pela CDU se nós queremos privatizar a água, nós não queremos privatizar nada. -----

Também perguntaram se a autarquia vai concessionar em baixa às Águas do Centro, aqui não devo dizer nunca, mas acho que não. -----

Sobre o preço da água, a água foi paga bastante tempo pelas obras municipais, não há hipóteses, procurámos dar um preço que tornasse a água sustentável, toda a gente tem que fazer um sacrifício e poupar um pouco na água. -----

Em relação ao 25 de abril acho que não pode de modo algum acabar com os nossos princípios, é um direito que nos assiste, entendi que deveríamos reconhecer o trabalho feito por aquelas pessoas, que mesmo não estando na reforma, mas que querem dar alguma coisa a outrem, e portanto, entendi por bem que deveríamos dar aqui, um sinal às pessoas que nós estávamos atentos e queríamos de facto reconhecer o trabalho por eles desempenhado. -----

O deputado José Baptista disse que o transito pesado vai ser retirado do Entroncamento, vai ser retirado da rua Almirante Reis, nesta zona central, é uma proposta que levarei a todo o momento ao executivo. -----

As cantinas sociais não são da competência do município, e quero-lhe dizer que no Entroncamento e enquanto eu for Presidente da Câmara, não se faz caridade com sopa da pedra, como o senhor deputado disse. -----

Sobre a saída da dívida, eu tenho uma noção como é que se deve sair da dívida, queremos ter direito ao resgate como todos os outros, não é só os que estão mal, os que não estão bem, também têm direito ao resgate que é transversal a todos. -----

O protocolo com a Universidade Lusófona, foi um processo que eu acompanhei, mas liderado pelo então Vice-Presidente João Vieira, é um processo que está morto, está parado e entendemos por bem que deveríamos partir logo para outro e fizemos um protocolo com o Politécnico de Tomar – Centro de Estudos Politécnicos do Entroncamento, arranjámos a escola número quatro, foi recuperada com o esforço dos cofres da autarquia, não pode ser candidatado e achamos que para o ano que vem teremos condições para que já esteja a elaborar e lecionados alguns cursos. -----

Em relação ao terreno da escola é muito difícil quem tem que decidir, achámos que não deveríamos recuperar aquelas salas, aquilo tem 3.602 m2 e meter lá mais onze salas de aula, iam dizer que os meninos não tinham recreio. -----

Optámos por outro terreno, não são contra isso, se hoje é difícil ter alguma coisa, ter as duas é muito mais difícil. -----

Quais terrenos é que temos junto ao Tribunal, que terrenos é que a senhora disse que temos junto ao Tribunal e podíamos permutar? Temos um terreno no Bairro Camões de vinte mil metro, que acho que deve ser uma reserva que o município tem e temos o terreno das casas pré-fabricadas e não temos mais nenhum terreno com dez mil metros. -----

Para se fazer a escola as pessoas recebem terreno para cinquenta e um fogos e entregam terreno para sessenta e dois fogos, as pessoas vão perder onze fogos, nós vamos receber 10.835m2 e vamos entregar 3.602m2, há aqui uma grande diferença. -----

Precisávamos de um terreno com dez mil metros, o Ministério disponibilizou-se e conseguimos uma candidatura para fazer esta escola.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Agradeço a vossa presença na mais longa sessão deste mandato.” -----

Nada mais havendo a tratar, a senhora **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e quinze minutos, do dia vinte e oito de abril de dois mil e doze. -----

A presente ata, depois de lida e visada pelo primeiro secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária: